

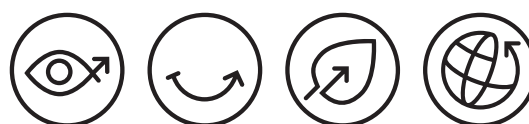


Relatório e Contas
2011



Índice

1. Mensagem	03
2. Órgãos Sociais	04
3. Visão, Missão, Valores e Princípios	05
4. Organograma Funcional	06
5. Grandes Números	07
6. Serviços	09
7. Qualidade, Ambiente e Segurança	10
8. Formação	11
9. Relatório de Gestão	12
10. Balanço	19
11. Demonstração dos Resultados	20
12. Demonstração dos Fluxos de Caixa	21
13. Demonstração das Alterações do Capital Próprio	22
14. Anexo às Demonstrações Financeiras	25
15. Relatórios dos Auditores	54





A marca Safira, vem consolidando ao longo dos últimos anos, prestígio e credibilidade, posicionando-se como segundo *player* do sector e primeiro enquanto projecto de capital maioritariamente nacional.

Com a maturidade e solidez angariadas ao longo de doze anos de actividade, a Empresa está preparada e alinhada para fazer face aos desafios que o presente momento económico coloca aos gestores, às famílias e aos demais agentes económicos.

Tal como esperado, em resultado da retracção económica e da falta de liquidez no sector financeiro, a generalidade das empresas viu-se obrigada a severos cortes nas suas contas de exploração. Na Safira, apesar da manutenção da generalidade dos contratos, o nível de serviço registou, em 2011, uma contracção sem precedentes, nalguns casos superior a 30%. Daí, no sentido de se ajustar à nova realidade, foram postas em prática medidas de optimização operacional e emagrecimento de estruturas, especialmente direccionadas para o robustecimento da estrutura de custos.

Em consequência das referidas reduções de actividade, a Safira teve de suportar, em 2011, os custos de inactividade que ultrapassaram um milhão de euros, correspondendo, essencialmente, a mão-de-obra directa e excedentária pelas indispensáveis reestruturações levadas a cabo.

A absorção desses custos de inactividade através de negociação com trabalhadores, ajustando os horários de trabalho ao novo alinhamento da procura de facility services, tem sido a chave para o reequilíbrio operacional.

Em 2011 o Volume de negócios, registou uma ligeira quebra, face ao período anterior, situando-se em cerca de trinta e seis milhões de euros.

Não obstante as restrições da conjuntura económica e os efeitos visíveis no baixo desempenho dos resultados de 2011, o EBITDA, manteve-se positivo, indicando que a actividade é sustentável e potencia riqueza.

Os assinaláveis ganhos de produtividade face ao impacto das medidas de racionalização e reorganização interna irão traduzir-se em significativas poupanças. Se associadas a estas medidas considerarmos os efeitos efectivos de algumas das alterações laborais em curso, cremos que estão criadas as condições para uma evidente melhoria das condições de exploração e da rentabilidade do negócio, já em 2012.

Em síntese, do nosso ponto de vista, o presente e, sobretudo, o futuro encerram inúmeras oportunidades e desafios que estamos preparados para enfrentar. Daí, o ajustamento/reposicionamento da gestão do projecto, procurando aproveitar ao máximo as competências disponíveis a que aliamos o permanente sentido de responsabilidade e a determinação para, em conjunto, levarmos por diante uma estratégia de dinamização do negócio e consequente criação de valor.

Para alcançar tal desiderato estamos, todos, pessoal e tecnicamente aptos e determinados a encontrar e implementar as respostas mais válidas para a Companhia, para os nossos parceiros e para a plural equipa de cerca de 4.500 profissionais da Safira.

Órgãos Sociais

Mandato 2007 - 2011

Mesa da Assembleia Geral

Anabela Nogueira de Matos
Presidente

Bernard Régis
Vice-Presidente

Ana Cristina Azambuja
Secretária

Conselho de Administração

João Amaro Martins de Barros
David dos Santos Moreira
António Augusto Ferreira Vasconcelos
Boris Derichebourg
Bernard Jean-Marie Henri Paul Régis

Fiscal Único e ROC Efectivo

Deloitte e Associados SROC, S.A.

Representada por:

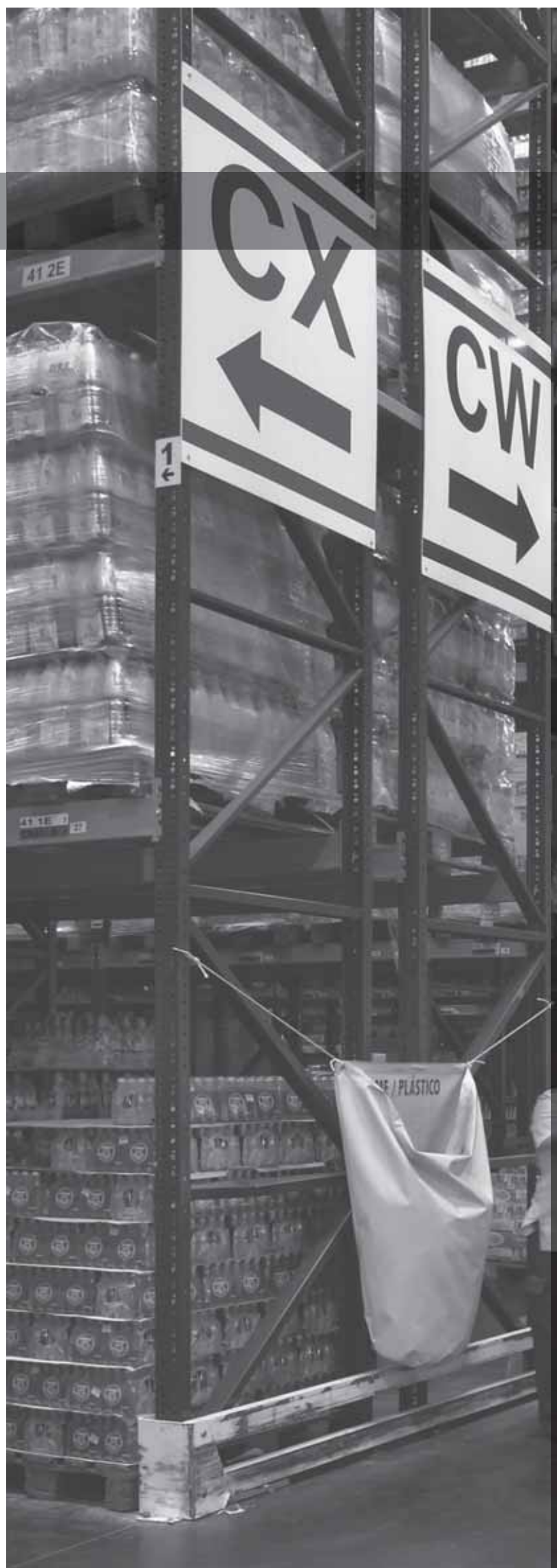
António Manuel Martins Amaral
Revisor Oficial de Contas Efectivo
Carlos Luis de Melo Loureiro
Revisor Oficial de Contas Suplente

Comissão de Remunerações

Spread, SGPS, SA

Representada por:

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério



Visão, Missão, Valores e Princípios

Visão

Diversificar o âmbito da nossa actividade, crescendo de forma sustentada, com vista a tornarmo-nos numa das três melhores e maiores empresas do sector dos facility services.

Missão

Gerir de forma profissionalizada os serviços de suporte dos nossos Clientes para que os mesmos possam centrar-se no essencial dos seus negócios.

Valores

Honestidade
Transparência
Ética
Rigor
Responsabilidade

Na forma como conduzimos o negócio e como nos relacionamos com os nossos Accionistas, Clientes, Colaboradores, Fornecedores, Concorrentes e quaisquer outras partes interessadas.

Princípios

Assegurar níveis de rentabilidade sustentados da empresa

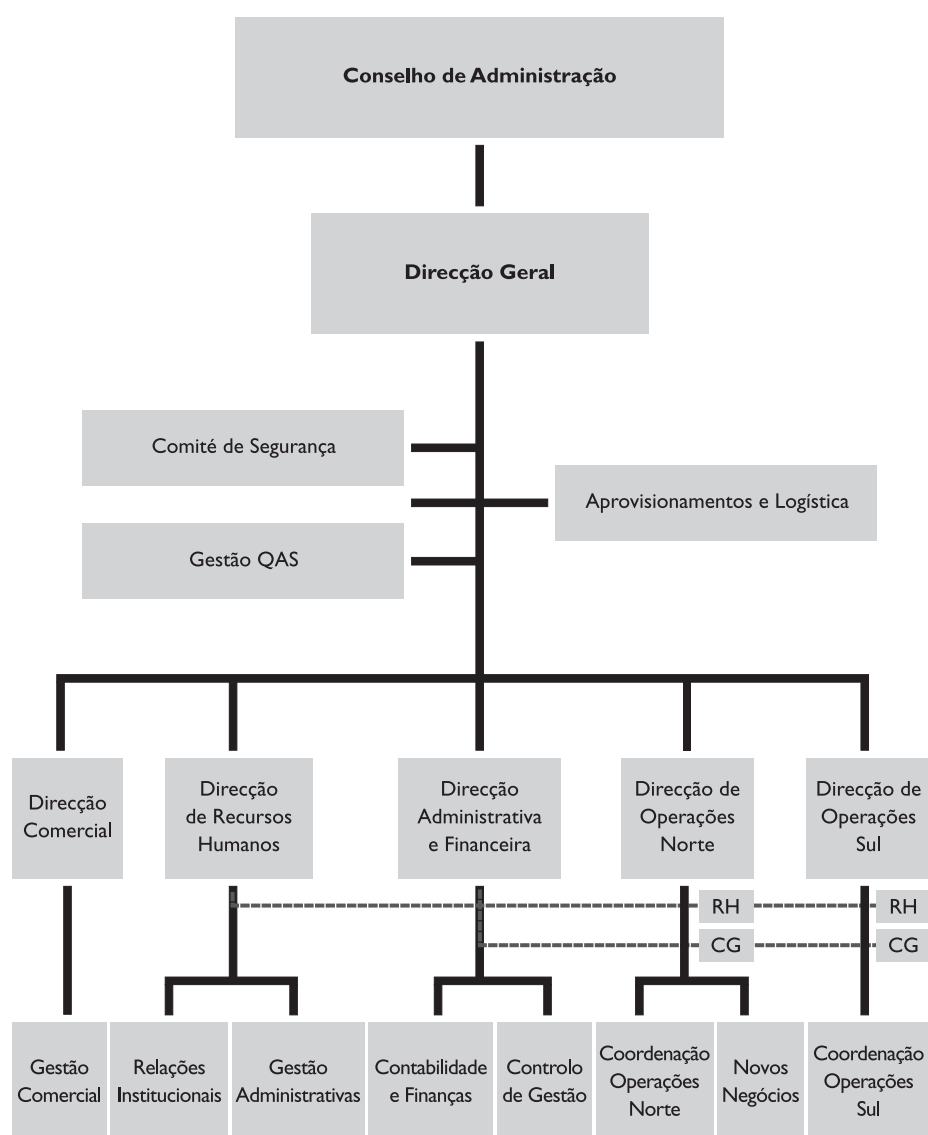
Desenvolver os nossos serviços de forma sustentável e numa óptica de melhoria contínua, promovendo:

- > Níveis de desempenho que correspondam às expectativas dos Stakeholders
- > A criação de parcerias duradouras baseadas no estabelecimento de sólidas relações de confiança com os nossos clientes, alicerçadas na conformidade, cumprimento e comunicação eficaz.
- > O bem-estar dos nossos Colaboradores, assinalando-se o controlo dos riscos inerentes à prestação do serviço e o sistemático envolvimento dos nossos Clientes na criação conjunta de melhores condições de trabalho para as equipas que operam no terreno.
- > A prevenção da sinistralidade laboral, bem como a prevenção da poluição e a minimização dos impactes ambientais associados às nossas actividades, com especial ênfase na gestão de resíduos e controlo das descargas de efluentes líquidos.
- > Cumprir a lei e demais requisitos aplicáveis ou subscritos pela Empresa, destacando-se as obrigações declarativas e fiscais, a regulamentação em matéria de trabalho e os preceitos em matéria de ambiente, segurança e saúde dos trabalhadores.
- > Integrar e qualificar continuamente os nossos Colaboradores, fundamentalmente através da aposta em formação, realçando-se a ministrada em contexto de trabalho, visando abranger a generalidade dos nossos operacionais.
- > Contribuir activamente para a crescente profissionalização do nosso sector, através de iniciativas próprias e do apoio às desenvolvidas no seio da nossa Associação.
- > Incentivar o estabelecimento de parcerias com Fornecedores e Subcontratados que comunguem dos nossos valores e partilhem dos nossos princípios, acompanhando de forma estreita a sua actividade.

Organograma Funcional

Contando actualmente com um quadro de efectivos de cerca de 4.500 pessoas, importa referir que a estrutura indirecta - não afectada à operação – sofreu uma redução significativa.

A organização funcional foi redesenhada, apresentando-se no seguinte organograma:



Grandes Números

A dimensão dos projectos, reflecte-se nos seus grandes números. As variáveis chave de análise, apresentam a evolução que se pode observar nos gráficos em baixo. O ano de 2011 acaba por reflectir que o Volume de actividade e os resultados do exercício não ficaram imunes aos efeitos da contracção económica que se fazem sentir a nível nacional e internacional.

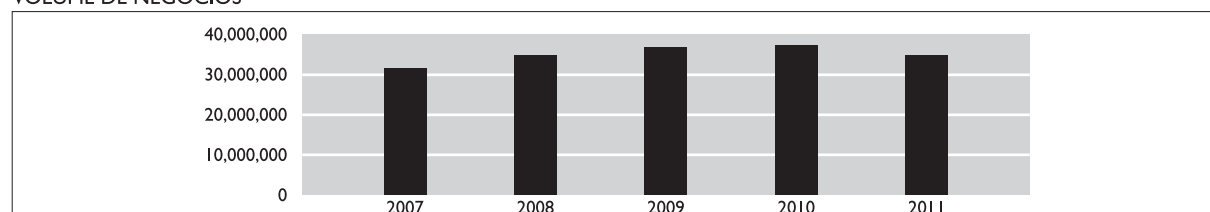
Nos últimos cinco anos, o Volume de negócios expressa uma penetração comercial que coloca a Safira no segundo lugar do *ranking* do sector.

Apesar da generalizada redução da actividade económica, a Safira, registou uma criação líquida de emprego jovem traduzida em mais 146 jovens colaboradores integrados na empresa.

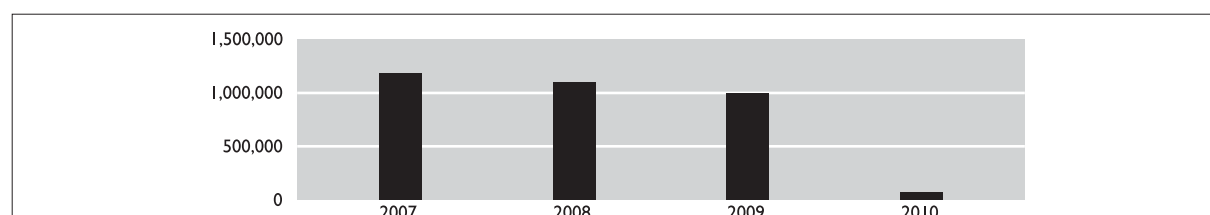
Ano 2011

Volume de negócios	EUR 35.962.637,62
EBITDA	EUR 71.968,47
Número médio de funcionários	4830

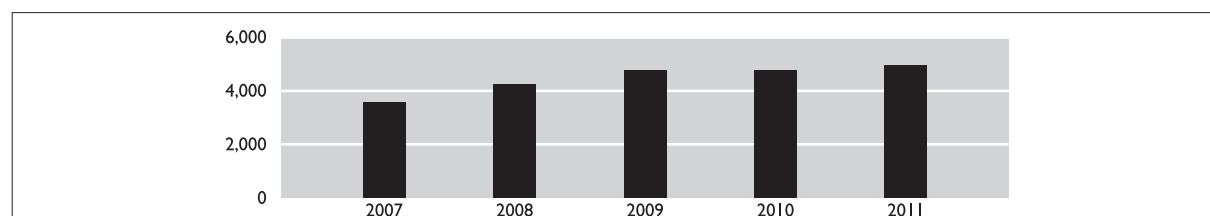
VOLUME DE NEGÓCIOS



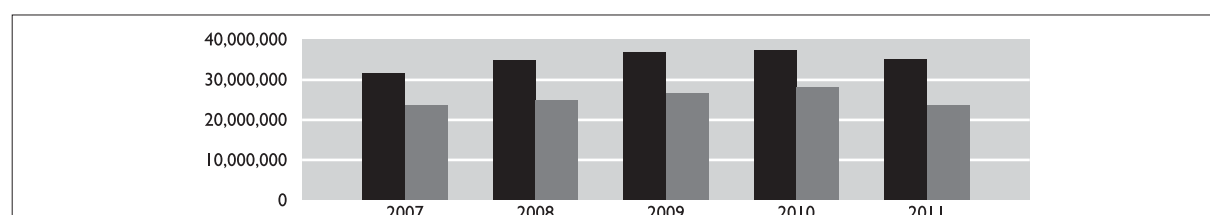
EBITDA

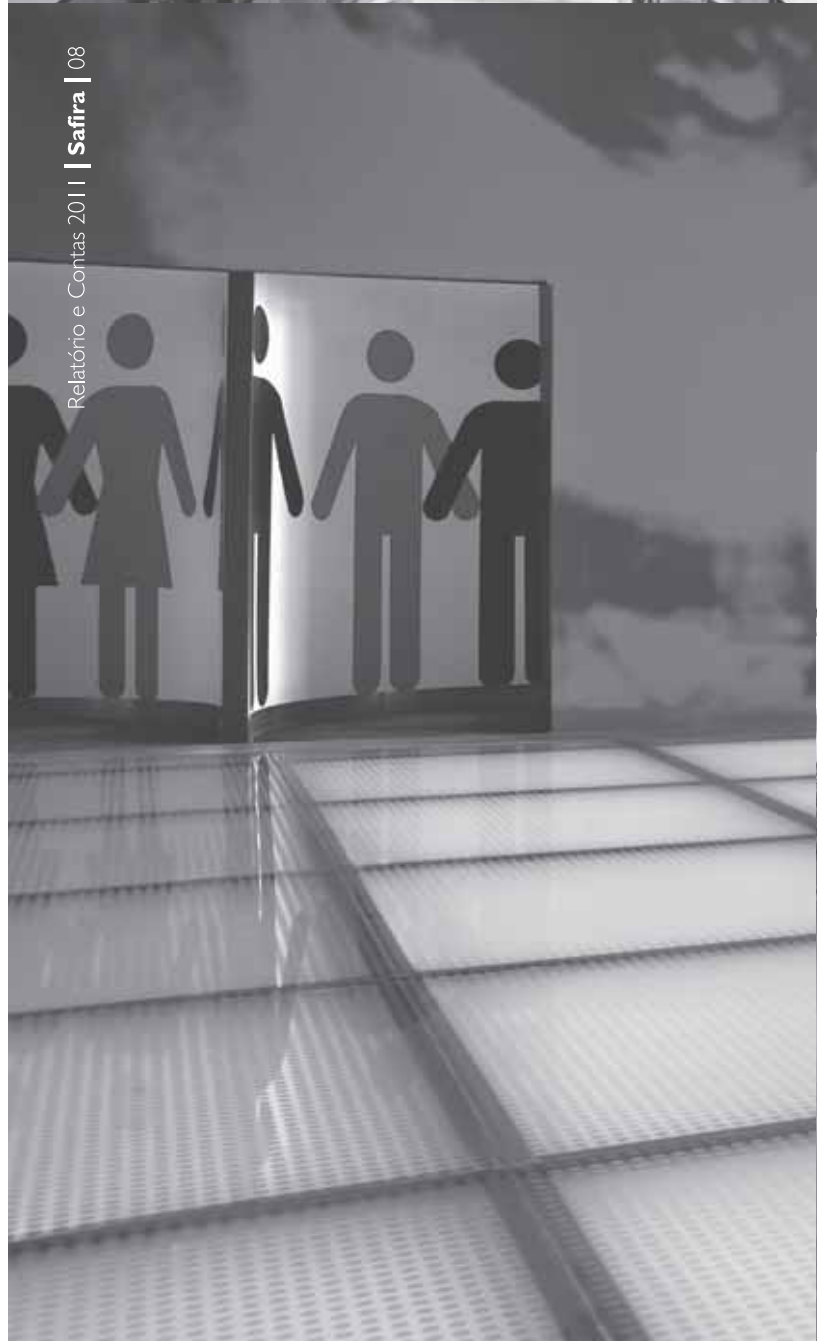


NÚMERO MÉDIO DE FUNCIONÁRIOS



VOLUME DE NEGÓCIOS ■ / CUSTOS PESSOAL ■





A carteira de Clientes da Safira, exhibe marcas de reconhecido prestígio, com uma abrangência geográfica que se estende de norte a sul do país, passando pelas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

No competitivo mercado dos Facility Services, a Safira, afirma-se pela contínua aposta na melhoria da qualidade e inovação dos seus serviços. Destaca-se como actividade principal a Prestação de serviços de limpeza nos seguintes segmentos económicos:

- > Centros Comerciais
- > Hipermercados e Supermercados
- > Armazéns Logísticos
- > Casinos
- > Escritórios
- > Estabelecimentos Hoteleiros e Desportivos
- > Clínicas e Hospitais

Os níveis de qualidade e de produtividade são indissociáveis. Tem sido política da Empresa procurar inovar, dotando os seus profissionais, das mais eficientes ferramentas de intervenção. Os nossos serviços operacionais dispõem de equipas especializadas, munidas de equipamentos específicos para a execução técnica de:

- > Lavagem de vidros
- > Limpeza e lavagem de tapetes e escadas rolantes
- > Tratamento de pavimentos
- > Lavagem de tectos
- > Combate aos *Graffiti*s

Presentemente, com cerca de 4.500 trabalhadores e mais de 3.500 locais de Prestação de serviço, a Safira promove a vertente humana do serviço, procurando ser cada vez mais competitiva e mais actualizada em termos tecnológicos e formativos.

É recorrente, ano após ano, o esforço de investimento em automatização do serviço de limpeza, equipando os locais onde se presta serviço, com máquinas de última geração, que possibilitam um enorme incremento da produtividade, respeitando a segurança do trabalhador e o ambiente.

No âmbito da oferta de facility services, a Safira coloca à disposição dos seus Clientes uma diversificada gama de serviços:

- > Limpeza
- > Jardinagem
- > Pest Control
- > Assistência Administrativa
- > Manutenção de Edifícios
- > Transporte e Tratamento de Resíduos

Qualidade, Ambiente e Segurança

A Safira implementou em 2005 um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, tendo em 2008 alargado o seu âmbito de Certificação para os todos os Serviços de limpeza prestados, nos seguintes referenciais normativos:

- > ISO 9001 - Qualidade
- > ISO 14001 - Ambiente
- > OHSAS 18001 - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Qualidade

Com a Certificação da Qualidade foram definidas metodologias e procedimentos de trabalho, de modo a uniformizar e otimizar os serviços prestados, garantindo a eficácia dos resultados. Para conseguir este objectivo, a Safira tem apostado em programas de formação profissional dos seus funcionários operacionais, bem como na adopção de produtos de limpeza devidamente aprovados pelo Comité Técnico de Qualidade.

Ambiente

A preocupação com a manutenção do equilíbrio e a qualidade do meio ambiente é hoje uma questão considerada fundamental para um desenvolvimento sustentado.

Reconhecendo a interacção das suas actividades com o meio ambiente, a Safira implementou um Sistema de Gestão Ambiental, procurando garantir não só o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis mas também desenvolver uma consciência e responsabilidade ambiental que garantam a prevenção da poluição em todos os serviços prestados, melhorando continuamente o seu desempenho ambiental. Estes princípios estão imbuídos nas práticas operacionais, nomeadamente na escolha de equipamentos, na opção por produtos biodegradáveis e nos conteúdos dos programas de formação profissional.

Segurança

A Saúde e Segurança dos Colaboradores é um valor sólido na forma de trabalhar da Safira, tendo para tal sido estabelecida uma metodologia de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, que visa minimizar os riscos de acidentes e doenças ocupacionais, garantindo um ambiente de trabalho mais saudável e seguro, em conformidade com a legislação em vigor. Para cada novo Cliente é aplicada uma metodologia de identificação de perigos e classificação de riscos. Deste levantamento, resulta a definição das medidas preventivas necessárias, à minimização dos perigos e riscos, a que os Colaboradores possam estar expostos. Na impossibilidade de mitigar os perigos e riscos, inteiramente através de medidas preventivas, são distribuídos os equipamentos de protecção individual que se revelarem adequados.



Formação

Acreditada pela DGERT (Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho), que lhe confere competências de organização e desenvolvimento da Formação, a Safira, disponibiliza aos seus Colaboradores um leque formativo abrangente, desde o Acolhimento e integração, às áreas técnicas, comportamentais, de cumprimento de requisitos normativos e legais, entre muitas outras. As modalidades formativas ocorrem como Formação Contínua em Sala (Interna e Externa) e Formação em Contexto de Trabalho.

Anualmente é efectuado um levantamento de necessidades formativas, do qual resulta um plano global de formação anual. Todas as temáticas são escolhidas mediante a pertinência das mesmas no exercício da actividade.

Destacamos, pelo seu impacto inicial em cada formando, a formação de acolhimento e integração. Esta tem como objectivo a promoção das competências necessárias ao desempenho das funções e da adaptação ao posto de trabalho, incidindo na transmissão de conhecimentos relativos à função, esquema de tarefas a desempenhar, horários e folgas, utilização eficaz de produtos métodos e técnicas, manuseamento de máquinas e equipamentos e cumprimento das regras de e Segurança, Ambiente e Saúde no Trabalho.

A acção formativa global, ministrada pela Safira (formadores internos) ou por formadores externos, abrange em média cerca de 3.700 colaboradores correspondendo, por ano, a aproximadamente 20.500 horas de formação.

No âmbito dos programas de novas oportunidades, a Safira estabeleceu protocolos com diversos CNO's, a fim de potenciar o reconhecimento da qualificação e a valorização pessoal e profissional dos seus Colaboradores. Estão activos os seguintes protocolos, amplamente divulgados em News Letters e no site da Empresa:

- > CESAE - Porto
- > TECMINHO - Braga
- > Gustavo Eiffel - Lisboa
- > AEP - Leça da Palmeira
- > ACIC - Coimbra
- > Escola de Hotelaria e Turismo - Coimbra
- > Escola Secundária EB Rosa Peixoto - Póvoa do Varzim

Relatório de Gestão

Enquadramento

O ano de 2011 é caracterizado por severas restrições de crescimento e de liquidez. Os dados disponíveis apontam para, no 3º trimestre uma variação do PIB de -1,7% ^{*(1)} e uma taxa de desemprego de 12,4% ^{*(1)}.

O pacote de medidas de austeridade, resultantes dos compromissos assumidos perante a União Europeia, para garantir o financiamento da economia Nacional, tem estagnado a procura interna e penalizado os indicadores de confiança. No final de 2011, verificou-se em todos os sectores de actividade económica, em particular nos serviços e na construção, um agravamento dos indicadores de confiança dos empresários ^{*(2)}.

Os sectores exportadores são os que apresentam maior dinamismo. Segundo dados de Novembro do INE, sobre o comércio internacional, as saídas de bens registaram, em termos de variação homóloga, um aumento de 15,4%, descolando visivelmente das importações, que apresentaram um decréscimo de 7,3%.

Os dados divulgados pelo IEFP, registavam no final de 2011, 605.000 desempregados. A taxa de desemprego tem assumido valores crescentes, atingindo 12,4% em Outubro 2011.

As propostas legislativas referentes à regulação do trabalho vêm introduzir importantes ferramentas de flexibilização do factor mão-de-obra, que no próximo ano potenciarão o ajustamento das Empresas à contracção do Mercado.

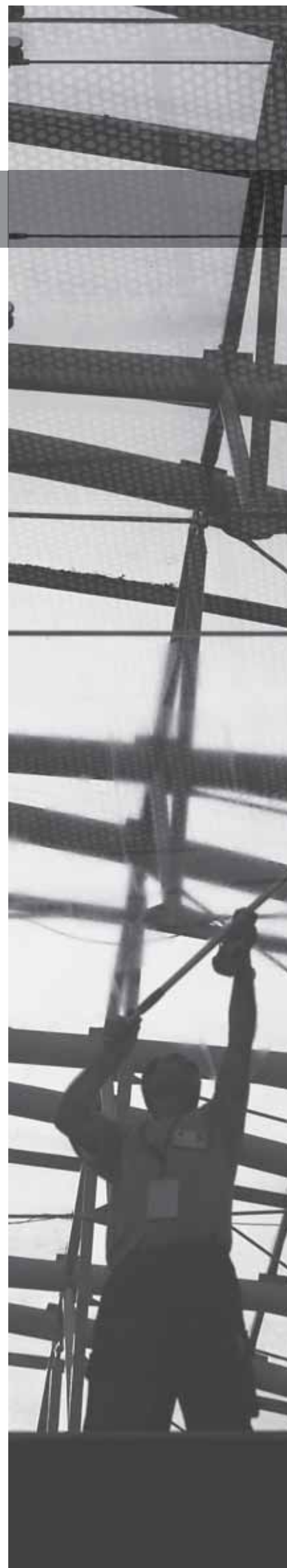
Ao nível da evolução dos preços, em 2011 a taxa de inflação prevista é de 3.6%, (Var. Homóloga) por contraponto com 3.7% em 2010.

O sector financeiro continua a ser uma preocupação prioritária para os Governos e para o BCE. Desde 2008, com o estalar da conhecida crise das *subprime* nos Estados Unidos, e o posterior alastramento à Europa, seguido da degradação do rating dos países, que as Instituições financeiras perderam a confiança dos Mercados. O intercâmbio de liquidez deixou de fluir livremente, tendo obrigado o BCE, a mediar as transacções e a controlar as taxas de referência. As novas regras de rigor de balanço, de avaliação de risco, de rácios obrigatórios e a falta de liquidez têm sido obstáculos à dinamização do investimento. Por outro lado, estamos perante um novo paradigma, onde o risco país pode determinar a viabilidade ou inviabilidade de um bom investimento, antes deste integrar os custos de financiamento.

No enquadramento fiscal de 2011, importa ressaltar, que se por um lado, as Empresas viram as suas contas de exploração minguadas por força da retracção económica gerando menos receita Fiscal em sede de IRC, por outro lado, viram-se penalizadas em termos das novas regras de tributação autónoma. Em sede de IRS, a sobretaxa aplicada ao Subsídio de Natal, foi o impacto mais notado no rendimento das famílias.

^{*(1)} Fonte: Ministério das Finanças - GPEARI – Gabinete de Planeamento, e de Estudos e Previsão, Janeiro 2012

^{*(2)} Fonte: INE



Actividade

O Volume de negócios do exercício decresceu ligeiramente face ao ano transacto, cifrando-se em cerca de trinta e seis milhões de euros. A esta variação está bastante associada a difícil conjuntura económica do país, que motivou uma forte redução da actividade da Empresa.

Os impactos da contracção do negócio fizeram-se sentir ao nível dos custos em geral mas, sobretudo no que à mão-de-obra directa diz respeito. Por um lado, acomodando o incremento programado do SMN desde 2007, sem repercussão equivalente nos preços de venda, por outro lado, absorvendo o custo da dificuldade conjuntural, de operar a redução em tempo útil e por valores comportáveis na rentabilidade da prestação.

Em síntese, diremos que a face visível do hiato temporal entre o ajustamento do factor mão-de-obra e os pedidos de redução de serviço por parte dos clientes, traduziu-se num elevado custo de inactividade incorrido durante o presente exercício.

As medidas de contenção implementadas desde finais de 2010 e com forte incidência em 2011, visando o aumento da eficiência operacional, incluíram um significativo redimensionamento da estrutura indirecta. O resultado desta medida terá efeito mais expressivo e abrangente durante o próximo ano. Para além destas, no âmbito da estrutura de custos, foram igualmente assumidas medidas de racionalização no domínio de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE).

Em Dezembro de 2011, a auditoria da APCER, revalidou as certificações de âmbito geral nos normativos implementados:

ISO 9001 – Qualidade

ISO 14001 – Ambiente

OHSAS 18001 – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Apesar das dificuldades anteriormente discutidas e dos custos associados, com impacto nos resultados do presente e próximos exercícios, foram adicionados ao portefólio de clientes um leque de empresas de inegável prestígio, de onde se distinguem:

- > Cadeia Alimentar Minipreço;
- > Grupo Auchan;
- > Grupo FNAC (em Portugal)

No entanto, manifestamente insuficiente para colmatar a já referida redução de actividade.

Investimentos - Activos Fixos e Formação

Os investimentos em equipamento básico em 2011 ascenderam a EUR 503.014 (Nota 6 do Anexo). Contudo, em linha com a redução da actividade a formação líquida de capital fixo foi negativa de EUR 3.633 em contraponto com os EUR 264.078 ocorrido em 2010.

A par dos investimentos em tecnologia, foi implementado mais um plano anual de formação, interna e externa, orçado no valor de EUR 64.754, deste montante a formação realizada ascendeu a EUR 54.825. A execução do plano de formação abrangeu 3.765 formandos correspondendo a 20.556 horas.

Organização Funcional

No âmbito da implementação das medidas de reajustamento da actividade ao presente contexto económico, a estrutura administrativa foi reduzida 18%. As áreas funcionais foram redesenhadas, destacando-se a preparação da incorporação funcional de elementos administrativos de Recursos humanos e Controlo de gestão nas estruturas operacionais, a partir de Janeiro do próximo ano.

Fluxos Financeiros

As restrições de liquidez do sector bancário são uma realidade que se instalou de forma duradoura. O enfoque no acompanhamento de tesouraria e nas sistemáticas acções de cobrança são uma prioridade de gestão. O Prazo Médio de Recebimentos (PMR) em Dezembro de 2011 situou-se nos 48 dias.



A natureza da nossa actividade caracteriza-se pelo facto de o principal exfluxo financeiro corresponder a salários e respectivos encargos. Nesta matéria não é possível repercutir eventuais dilatações no prazo de recebimentos, sendo estas responsabilidades atempadamente cumpridas. Os instrumentos de financiamento com que trabalhamos, nomeadamente programas de Papel comercial e *Overdraft*, constituem ferramentas importantes para suprir o diferencial entre o pagamento de vencimentos e os recebimentos de Clientes.

Factos relevantes

Registam-se como factos relevantes ocorridos até 31 de Dezembro de 2011:

- > A revalidação pela APCER, por novo período de 3 anos, das certificações em Qualidade, Ambiente e Segurança Higiene e Saúde no Trabalho, de âmbito global;
- > A constituição de equipa vocacionada para a redução de custos de mão-de-obra excedentária;
- > A redução da estrutura não operacional;
- > A racionalização da estrutura de custos operacionais;
- > A Implementação da factura electrónica, com ganhos ambientais e de eficiência;
- > A criação líquida de emprego Jovem, correspondente a cerca de 146 novos colaboradores;
- > Continuidade dos programas de formação profissional de alargada abrangência territorial;
- > Continuidade do desenvolvimento do projecto informático de informação de gestão.





Relatório de Gestão

Perspectivas futuras

Durante o presente exercício a Empresa, atenta à evolução económica, empreendeu um conjunto de medidas consubstanciadas no orçamento para 2012 e já implementadas, tendentes a uma forte racionalização de custos:

- > Ajustamento da estrutura RH indirecta, através duma significativa redução de meios, na premissa de não colocar em causa o projecto e as suas virtualidades;
- > Expressiva redução/renegociação de custos operacionais ao nível dos FSE's;
- > Aceleração do processo de redução de excedentários associados às solicitações de diminuição de actividade;
- > Quantificação das expectativas de benefícios resultantes da legislação laboral em curso.

Resultados e proposta de sua aplicação

O resultado de 2011 incorpora os efeitos das seguintes verbas dignas de nota:

- > Custos de indemnizações e acordos de rescisão laboral de EUR 213.367;
- > Provento decorrente da reversão total do saldo da provisão de retroactivos salariais de EUR 472.527;
- > O resultado do exercício está ainda afectado pelo cálculo de impostos diferidos:
 - Impostos diferidos activos referentes de ajustamentos de transição de SNC, com o reconhecimento de EUR 2.985 no exercício, a reconhecer até 2014;
 - Impostos diferidos activos referentes a prejuízos fiscais no valor de EUR 558.175 a reconhecer nos próximos quatro anos;
 - Impostos diferidos passivos referentes a custos de inactividade diferidos no valor de EUR 267.774 a absorver nos próximos três anos.

O resultado não está afectado dos custos de inactividade decorrentes das reduções de serviço conforme expresso na nota 15 do anexo às demonstrações financeiras;

O resultado líquido do exercício foi de EUR -780.617,23, para o qual se propõem a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados: EUR -780.617,23



Nota Final

A todos aqueles que afincadamente contribuem para o desempenho do projecto Safira, em especial, para todos os Trabalhadores da Empresa, reiteramos o nosso apreço pela contínua entrega e dedicação demonstradas. Aos nossos Parceiros, Clientes, Fornecedores e Instituições o agradecimento pela confiança demonstrada e pelo apoio com que sempre nos distinguiram.

Maia, 31 de Janeiro de 2012

O Conselho de Administração:

João Amaro Martins de Barros

David dos Santos Moreira

António Augusto Ferreira Vasconcelos

Boris Derichebourg

Bernard Régis



Balanço do Exercício em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em euros)

	NOTAS	31.12.2011	31.12.2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6 e 7	2,865,275.15	2,912,738.03
Activos intangíveis	5	76,807.25	80,142.84
Activos por impostos diferidos	10	567,129.85	11,939.94
		3,509,212.25	3,004,820.81
Activo corrente			
Inventários	9	231,844.77	249,689.33
Clientes	11	5,887,215.09	5,663,328.59
Estado e outros entes públicos	18	78,310.86	90,358.72
Outras contas a receber	11	456,969.07	376,435.04
Diferimentos	15	1,818,026.89	655,002.03
Caixa e depósitos bancários	4	130,096.02	227,656.11
		8,602,462.70	7,262,469.82
Total do activo		12,111,674.95	10,267,290.63
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	14	500,000.00	500,000.00
Reservas legais		100,000.00	100,000.00
Outras reservas		227,129.28	227,129.28
Resultados transitados		2,629,575.56	2,485,918.33
Excedentes de revalorização		45,748.11	45,748.11
Resultado líquido do exercício		(780,617.23)	143,657.23
Total do capital próprio		2,721,835.72	3,502,452.95
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	16 e 17	450.00	450.00
Financiamentos obtidos	7 e 13	1,743,875.30	1,588,518.11
Passivos por impostos diferidos	10	267,774.10	
		2,012,099.40	1,588,968.11
Passivo corrente			
Fornecedores	12	441,626.35	640,207.86
Estado e outros entes públicos	18	2,431,477.09	2,150,899.42
Financiamentos obtidos	7 e 13	3,642,372.23	1,184,240.86
Outras contas a pagar	12	862,264.16	1,200,521.43
		7,377,739.83	5,175,869.57
Total do passivo		9,389,839.23	6,764,837.68
Total do capital próprio e do passivo		12,111,674.95	10,267,290.63

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2011.

Demonstração dos Resultados por Natureza do Exercício em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31.12.2011	31.12.2010
Vendas e serviços prestados	19	35,962,637.62	38,313,433.36
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(1,775,820.96)	(2,390,701.11)
Fornecimentos e serviços externos	21 e 27	(3,070,624.06)	(3,089,536.67)
Gastos com pessoal	22	(31,707,938.61)	(31,553,363.79)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		2,612.86	(12,298.93)
Provisões (aumentos / reduções)	16		(450.00)
Imparidade de investimentos não depreciables	8		(367,991.41)
Outros rendimentos e Ganhos	20 e 24	816,705.15	357,685.39
Outros Gastos e perdas	25	(155,603.53)	(225,182.70)
Resultado antes de deprec., gastos de financ. e impostos		71,968.47	1,031,594.14
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	23	(839,283.40)	(778,084.01)
Resultado operacional		(767,314.93)	253,510.13
Juros e rendimentos similares obtidos	26		61,214.25
Juros e Gastos similares suportados	26	(221,325.86)	(110,231.34)
Resultado antes de impostos		(988,640.79)	204,493.04
Imposto sobre o rendimento do período	10	208,023.56	(60,835.81)
Resultado líquido do período		(780,617.23)	143,657.23

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em euros)

	31.12.2011	31.12.2010
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	44,182,182.57	47,553,079.73
Pagamentos a fornecedores	(2,121,60.63)	(3,579,931.76)
Pagamentos ao pessoal Remunerações	(22,973,784.93)	(22,365,087.09)
Fluxo gerado pelas operações	19,086,637.01	21,608,060.88
Pagam de IRC	(20.74)	(27,976.94)
Pagamentos ao Estado - ret. IRS T.Dep e Indep.	(451,678.57)	(373,006.82)
Pagamentos ao Estado - ret. IRS Capitais		
Pagamentos ao Estado - ret. IRS Prediais	(4,990.96)	(9,537.68)
Pagamentos ao Estado - Iva a Pagar	(7,021,692.47)	(6,650,900.31)
Pagamentos ao Estado - I.Selo	(45.00)	(5,830.00)
Pagamentos ao Estado - Seg.Social	(8,552,596.03)	(8,214,664.83)
Pagamento de FSE	(4,501,824.58)	(3,626,439.49)
Fluxos das actividades operacionais (1)	(1,446,184.34)	2,699,704.81
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e proveitos similares	95,162.29	31,583.33
Pagamentos respeitantes a:		
Fornecedores de imobilizado (leasing+IVA+juro)	(1,028,138.32)	(940,323.49)
Fluxos das actividades de investimento (2)	(932,976.03)	(908,740.16)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	6,750,00.00	2,750,000.00
Juros e custos similares		48,114.58
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(6,285,264.80)	(3,113,791.53)
Rendas de contratos Finlog/Leaseplan/Guerin	(315,047.22)	(463,728.11)
Juros e custos similares	(269,080.41)	(154,214.83)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	(119,392.43)	(933,619.89)
Var. caixa e seus equiv. (4) = (1)+(2)+(3)	(2,498,552.80)	857,344.76
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	(88,691.91)	(946,036.67)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	(2,587,244.71)	(88,691.91)
Variação de caixa e seus equivalentes	(2,498,552.80)	857,344.76

Demonstração das Alterações no Capital Próprio do Exercício em 31 de Dezembro de 2011

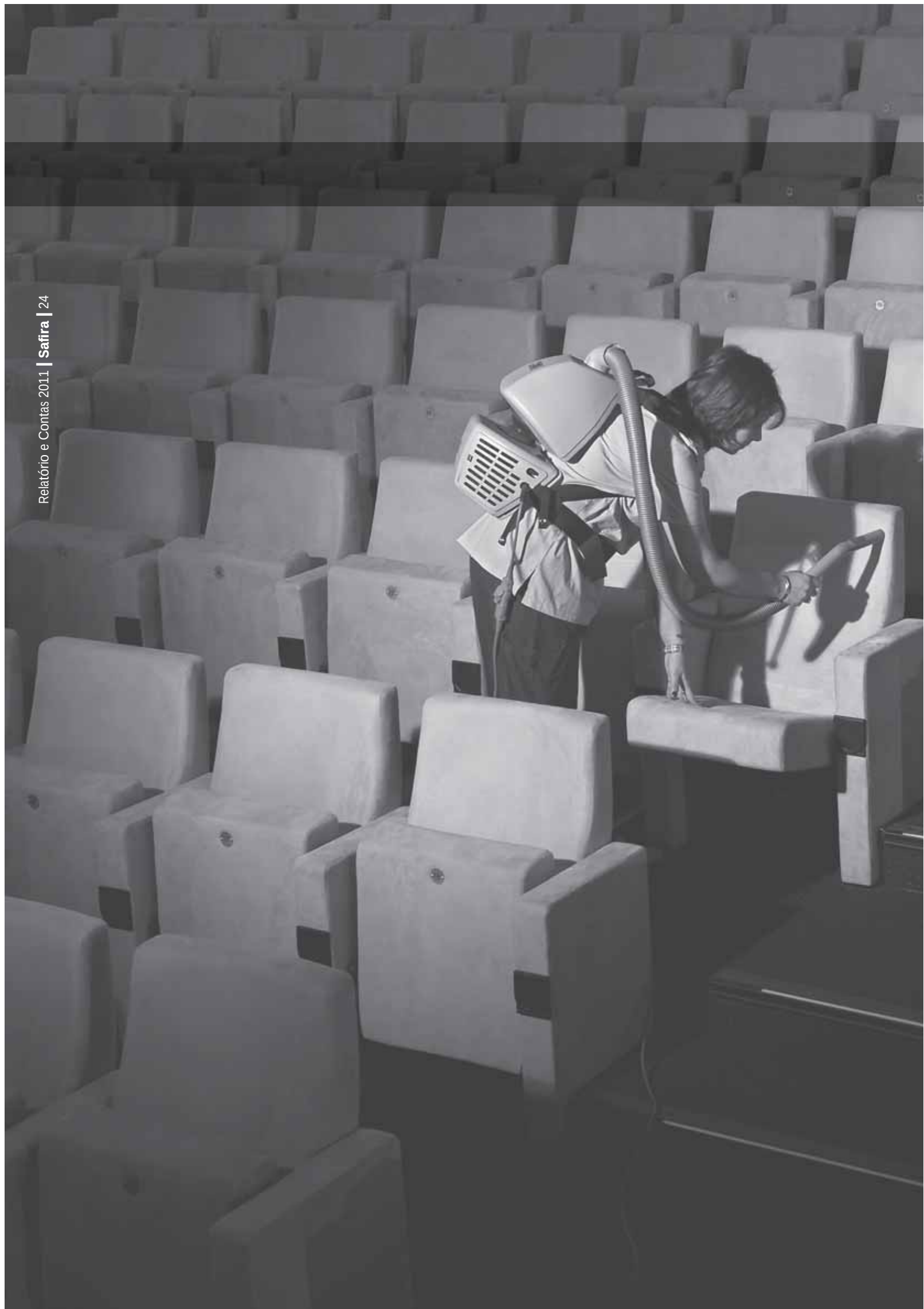
(Montantes expressos em euros)

31.12.2011	
DESCRIÇÃO	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2011	1
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO	
Aplicação do resultado do exercício	
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	
Alterações de políticas contabilísticas	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	
Realiz. do excedente de revaloriz. de activos fixos tangíveis e intangíveis	
Excedentes de revaloriz. de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	
Ajustamentos por impostos diferidos	
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio	
	2
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO	
Realizações de Capital	
Realizações de Prémios de Emissão	
Distribuições	
Entradas para cobertura de perdas	
Outras Operações	
	5
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2011	6=1+2+3+5
31.12.2010	
DESCRIÇÃO	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2010	1
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO	
Aplicação do resultado do exercício	
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	
Alterações de políticas contabilísticas	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	
Realiz. do excedente de revaloriz. de activos fixos tangíveis e intangíveis	
Excedentes de revaloriz. de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	
Ajustamentos por impostos diferidos	
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio	
	2
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO	
Realizações de Capital	
Realizações de Prémios de Emissão	
Distribuições	
Entradas para cobertura de perdas	
Outras Operações	
	5
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2010	6=1+2+3+5

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL									
	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZ.	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
		500,000.00	100,000.00	227,129.28	2,485,918.33	45,748.11	143,657.23	3,502,452.95	3,502,452.95
					143,657.23		(143,657.23)		
					143,657.23		(143,657.23)		
							(780,617.23)	(780,617.23)	(780,617.23)
							(924,274.46)	(924,274.46)	(924,274.46)
		500,000.00	100,000.00	227,129.28	2,629,575.56	45,748.11	(780,617.23)	(2,721,835.72)	(2,721,835.72)

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL									
	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZ.	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
		500,000.00	100,000.00	227,129.28	2,256,570.60	45,748.11	229,347.73	3,358,795.72	3,358,795.72
					229,347.73		(229,347.73)		
					229,347.73		(229,347.73)		
							143,657.23	143,657.23	143,657.23
							(85,690.50)	(85,690.50)	(85,690.50)
		500,000.00	100,000.00	227,129.28	2,485,918.33	45,748.11	143,657.23	3,502,452.95	3,502,452.95

O Anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício em 31 Dezembro de 2011.



Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Safira Facility Services, s.a. (“Safira”, “Empresa”) é uma sociedade anónima, foi constituída em 24 de Dezembro de 1999 e tem a sua sede na Rua Nova do Arquinho, 382, Milheirós - Maia.

A actividade da Safira consiste na gestão e manutenção de edifícios, higiene e limpeza de edifícios, equipamentos industriais e outras instalações; Desinfecção, desratização e similares; Plantação e manutenção de jardins; Serviços Administrativos; Recolha de resíduos perigosos e não perigosos; Desmantelamento de equipamentos em fim de vida; Valorização de resíduos metálicos e não metálicos; Comércio de produtos e maquinaria de limpeza e jardinagem. A Empresa opera no território nacional, no continente e regiões autónomas.

A Safira é uma empresa de capitais maioritariamente nacionais, associada a um operador internacional de reconhecida dimensão na área dos facility services. O parceiro estrangeiro é o grupo francês DERICHEBOURG Multiservices. Este é um dos maiores operadores daquele mercado. Com mais de 20 anos de experiência, o grupo DERICHEBOURG Multiservices tem ao seu serviço mais de 40.000 trabalhadores, apresentando uma forte implantação noutros países europeus e sendo largamente reconhecido pelo seu profissionalismo, experiência e prestígio.

A Safira iniciou a sua actividade em Janeiro de 2000 e desde então tem vindo a consolidar a sua posição no mercado, crescendo de forma sustentada e tornando-se uma presença sólida, ao nível das três maiores empresas do sector.

A evolução do negócio nos três primeiros anos de actividade (2000 a 2002), caracterizou-se por uma dinâmica de crescimento à razão de aproximadamente EUR 5.000.000 ao ano, essencialmente associada a grandes clientes pertencentes aos segmentos de: Armazéns Logísticos, Hipermercados e Centros Comerciais.

No final de 2002, os resultados conseguiram absorver os custos de arranque, prosseguindo uma tendência de resultados líquidos positivos e crescentes. Em Maio do mesmo ano, foi decidido efectuar um investimento em 50% do capital da empresa Interclean, a operar no mesmo sector no mercado Brasileiro.

O quarto ano de actividade, 2003, marcou o ano de cruzamento.

Em 2004, a Safira apresentou um crescimento moderado de 7%, resultante da angariação de novos contratos, reflectindo contudo, a contenção económica generalizada naquele período.

No ano de 2005, há a sublinhar o efeito da fusão por incorporação da empresa Vebego Services. Esta operação veio potenciar um volume de negócios anual de EUR 24.000.000 e o crescimento da facturação, denotando o amadurecimento da Safira enquanto projecto virado para o mercado.

Em Dezembro de 2006 o volume de negócios atingiu 1% acima da meta orçamental. O crescimento da actividade em comparação com o período homólogo foi de 17%, traduzindo fundamentalmente a consolidação da carteira de clientes e o aumento de quota de mercado.

O exercício de 2007 foi assinalado pela concretização da meta dos 30 milhões de euros de volume de negócios. A evolução da actividade foi positiva na ordem dos 10% de crescimento.

Em 2008, um pouco em contra ciclo a Empresa conseguiu manter o seu crescimento “orgânico” ao nível dos dois dígitos, 14%. Para este facto contribuiu a manutenção da carteira de negócios existente e o acréscimo de novos contratos durante o exercício.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

No exercício de 2009 o volume de negócios da Safira atingiu os EUR 37.800.000, evidenciando um crescimento de 7% face ao ano anterior. Ainda durante 2009 a Empresa deu início à diversificação dos negócios, na óptica do conceito Facility Services. Feito em ainda em pequena escala, recorrendo a parcerias com operadores já instalados.

Em 2010 o crescimento da actividade cifrou-se em 1,3%. Apesar do elevado esforço comercial desenvolvido, o clima de contracção económica conduziu a diversas reestruturações de custos, por parte de clientes em carteira, donde resultaram significativas reduções de serviço e consequente reflexo no volume de facturação.

O Volume de negócios de 2011 cifrou-se próximo dos trinta e seis milhões, correspondendo a uma ligeira redução face ao ano anterior (6%). Os resultados foram de EUR -780.617, tal como previsto na última revisão do Orçamento. Estas grandezas reflectem as restrições da actividade económica à escala internacional. Durante o exercício, intensificaram-se as medidas de reajustamento cuja implementação iniciara em 2010 e cujos frutos, serão certamente visíveis no próximo ano.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição financeira e desempenho financeiro e fluxo de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidos no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

3.2- Participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas

Uma empresa associada é uma entidade relativamente à qual o Grupo tem influência significativa e que não é nem uma subsidiária, nem uma empresa controlada conjuntamente. Por influência significativa entende-se o poder de participar nas decisões relativas às políticas financeiras e operacionais da associada, sem que tal resulte em controlo ou controlo conjunto por parte do Grupo.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras em empresas associadas são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a

aquisição, na quota-parte do Grupo nos activos líquidos das associadas. Os resultados do Grupo incluem a parte que lhe corresponde nos resultados das associadas.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis de cada associada na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o activo transferido esteja em imparidade.

A Empresa detém em 31 de Dezembro de 2011 uma participação de 50% sobre o capital da empresa Interclean. Contudo, actualmente não reúne as condições para que a mesma seja considerada uma empresa associada, nomeadamente por não ter acesso à gestão nem ao relato financeiro da mesma desde o início de 2008. Desta forma o registo da participação é feito pelo método do custo deduzido de perdas de imparidade.

3.3 - Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- > Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- > A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- > O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- > É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- > Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- > O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- > É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- > Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- > A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.4 - Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos, reconhecido como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.5 - Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.6 - Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos a que se destinam. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.7 - Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

A compensação entre activos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais activos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais activos e passivos relacionam-se com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.8 - Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de localização que a Empresa espera incorrer.

Os restantes activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha recta. De acordo com este método a depreciação é feita por via de um débito constante durante a vida útil do activo.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada

BEM	ANOS	TAXA DE DEPRECIAÇÃO
Edifícios e outras construções	5	20.00%
Equipamento básico	8	12.50%
Ferramentas e utensílios	4	25.00%
Equipamento de transporte	2	50.00%
Equipamento administrativo	3-8	12,50% - 33,33%

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.9 - Activos fixos intangíveis

Os activos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.10 - Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de Reversões de perdas por imparidade. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.11 - Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efectuar a venda.

O método de custeio dos inventários adoptado pela Empresa consiste no custo médio ponderado, o qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados durante o período.

3.12 - Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.13 - Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria Ao custo ou custo amortizado os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- > Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- > Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- > Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes activos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de activos financeiros).

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Nesta categoria incluem-se os clientes e outras dívidas de terceiros, caixa e depósitos à ordem, empréstimos concedidos, fornecedores e outras dívidas a terceiros e financiamentos obtidos.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros classificados na categoria Ao custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica Perdas por imparidade no exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica Reversões de perdas por imparidade. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.14 - Gastos com pessoal

Manteve inalterada a política contabilística de reconhecimento das responsabilidades por conta de Férias, Subsídio de Férias, Subsídio de Natal e respectivos encargos, sendo reflectido o princípio da proporcionalidade entre o reconhecimento de proveitos e de custos. Para este feito, é considerado o pessoal directamente afecto à operação de serviços de limpeza. O valor referente a Férias, Subsídio de Férias, Subsídio de Natal e respectivos encargos, não correspondente à facturação do período, será relevado numa conta de custos diferidos cujo reconhecimento ocorrerá, no ano em que cesse o contrato de prestação de serviços. Tal procedimento decorre da existência do contrato colectivo de trabalho que estipula que quando se ganha ou se perde clientes, todos as responsabilidades para com os trabalhadores são transferidas.

Adicionalmente, a Empresa procede ao diferimento pelo período de permanência dos contractos de prestação de serviços, os custos internos ocorridos com a renegociação dos mesmos com os seus clientes, sempre que estes garantam

para a Empresa um período de vigência dos contratos superior a um ano. Em 31 de Dezembro de 2011 encontra-se a ser diferido o montante de aproximadamente 1.000.000 Euros, os quais estão a ser reconhecidos por um período médio de 3 anos (Nota 15), correspondente à duração mínima prevista dos contratos a que respeita.

3.15 - Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo que os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados como activos ou passivos.

3.16 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (adjusting events) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (non adjusting events) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, Caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, Caixa e seus equivalentes detalha-se conforme se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Numerário	2,500.00	2,500.00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	127,596.02	225,156.11
	130,096.02	227,656.11
Descobertos bancários (Nota 13)	(2,717,340.73)	(316,348.02)
	(2,587,244.71)	(88,691.91)

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

5. ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31.12.2011				
	PROJECTOS DE DESENVOLV.	PROGRAMAS COMPUTADOR	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL
ACTIVOS					
Saldo inicial		112,291.20			112,291.20
Aquisições		37,085.70			37,085.70
Saldo final		149,376.90			149,376.90
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE					
Saldo inicial		32,148.36			32,148.36
Amortizações do exercício		40,421.29			40,421.29
Saldo final		72,569.65			72,569.65
Activos líquidos		76,807.25			76,807.25

	31.12.2010				
	PROJECTOS DE DESENVOLV.	PROGRAMAS COMPUTADOR	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL
ACTIVOS					
Saldo inicial		11,167.60			11,167.60
Aquisições		101,123.60			101,123.60
Saldo final		112,291.20			112,291.20
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE					
Saldo inicial					
Amortizações do exercício		32,148.36			32,148.36
Saldo final		32,148.36			32,148.36
Activos líquidos		80,142.84			80,142.84

As amortizações do exercício, no montante de EUR 40.421,29 (EUR 32.148,36 em 31 de Dezembro de 2010), foram registadas na rubrica:

> Gastos de depreciação e amortização (Nota 23).

Vidas úteis

Para os activos fixos intangíveis com vida útil finita, as respectivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Programas de computador: 3 anos à taxa de 33,33%

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31.12.2011					TOTAL
	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAM. BÁSICO	EQUIPAM. DE TRANSPORTE	EQUIPAM. ADMINIST.	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	
ACTIVOS						
Saldo inicial	311,985.79	5,615,426.33	84,006.73	738,751.75	681,424.94	7,431,595.54
Aquisições	44,757.55	503,013.54	16,761.63	7,786.64	195,504.22	767,823.58
Alienações			(26,867.92)	(4,343.09)	(40,198.13)	(71,409.14)
Transferências e abates					(4,096.75)	(4,096.75)
Saldo final	356,743.34	6,118,439.87	73,900.44	742,195.30	832,634.28	8,123,913.23
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE						
Saldo inicial	267,302.81	3,064,725.07	48,075.41	647,895.08	490,859.14	4,518,857.51
Amortizações do exercício	21,766.92	527,120.48	33,675.61	49,880.93	121,390.17	798,862.11
Alienações		(31,221.92)	(19,224.48)	(4,208.32)	(330.07)	(54,984.79)
Transferências e abates		(4,096.75)				(4,096.75)
Saldo final	289,069.73	3,601,554.88	62,526.54	693,567.69	611,919.24	5,258,638.08
Activos líquidos	67,673.61	2,516,884.99	11,373.90	48,627.61	220,715.04	2,865,275.15

	31.12.2010					TOTAL
	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAM. BÁSICO	EQUIPAM. DE TRANSPORTE	EQUIPAM. ADMINIST.	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	
ACTIVOS						
Saldo inicial	311,985.79	4,798,362.24	53,651.79	745,905.62	556,087.13	6,567,116.17
Aquisições		925,241.08	42,516.80	11,627.01	125,651.59	1,105,036.48
Alienações		(108,176.99)	(11,282.25)			(119,459.24)
Transferências e abates			(879.61)	(18,780.88)	(313.78)	(121,097.87)
Saldo final	311,985.79	5,615,426.33	84,006.73	738,751.75	681,424.94	7,431,595.54
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE						
Saldo inicial	241,716.95	2,661,548.56	21,803.65	610,193.36	383,193.76	3,918,456.28
Amortizações do exercício	25,585.86	527,120.47	30,170.29	55,367.51	107,691.52	745,935.65
Alienações		(122,953.96)	(3,898.53)			(126,852.49)
Transferências e abates		(990.00)		(17,665.79)	(26.14)	(18,681.93)
Saldo final	267,302.81	3,064,725.07	48,075.41	647,895.08	490,859.14	4,518,857.51
Activos líquidos	44,682.98	2,550,701.26	35,931.32	90,856.67	190,565.80	2,912,738.03

Vidas úteis e amortização

Os activos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método da linha recta.

As amortizações do exercício, no montante de EUR 798.862,11 (EUR 745.935,65 em 31 de Dezembro de 2010), foram registadas nas seguintes rubricas:

- > Gastos de depreciação e amortização (Nota 23).

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

7. LOCAÇÕES

Locações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	31.12.2011	31.12.2010
	AMORTIZ / PERDAS IMP. ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA
	CUSTO	QUANTIA ESCRITURADA
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções		
Equipamento básico	4,997,204.50	2,317,908.07
Equipamento de transporte		
Equipamento administrativo	102,067.41	3,482.89
Outros activos tangíveis	38,804.65	4,162.45
	5,138,076.56	2,325,553.41
	2,812,523.15	2,282,684.38

A Empresa é locatária em contratos de locação financeira relacionados com máquinas de equipamentos industriais afectos à actividade, bem como equipamentos de gestão de frota, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 são detalhados conforme se segue:

	PAGAMENTOS MÍNIMOS		VALOR PRESENTE DOS PAGAMENTOS MÍNIMOS	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Até 1 ano	605,973.71	581,807.55	573,833.60	555,081.26
Entre 1 ano e 5 anos	758,329.90	925,199.50	734,408.72	901,518.11
	1,364,303.61	1,507,007.05	1,308,242.32	1,456,599.37
Efeito financeiro do desconto	(56,061.29)	(50,407.68)		
Valor presente dos pagamentos mínimos	1,308,242.32	1,456,599.37	1,308,242.32	1,456,599.37

Locações operacionais

Em 31 de Dezembro de 2011 a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com viaturas automóveis, equipamentos e imóveis os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais relativas a viaturas automóveis em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são detalhados conforme se segue:

	PAGAMENTOS MÍNIMOS NÃO CANCELÁVEIS	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 1 ano	125,997.56	71,782.97
Entre 1 ano e 5 anos	109,348.96	122,874.35
	235,346.52	194,657.32

Relativamente a rendas de edifícios, os contratos são renovados automaticamente por iguais períodos com uma renda mensal de EUR 2.000 e EUR 2.700.

8. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Associadas

Em 31 de Dezembro de 2011 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em associadas:

		31.12.2011					
SEDE		ACTIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO	% DETIDA	QUANTIA ESCRITURADA
Empresas associadas:							
Interclean	Rua Ferreira de Araújo 221 - 3º Pinheiros - S. Paulo - Brasil	335,838.77	2,238,989.92	(562,665.67)	(590,240.20)	51.00	717,991.41
							(301,022.50)
							717,991.41
							(301,022.50)

Últimos dados disponíveis com referência a 31-12-2007

Embora a Empresa detenha uma participação que lhe confere maioria dos direitos de voto na entidade Interclean, a mesma não detém qualquer controlo nem influência sobre a gestão. Os investimentos em tais entidades foram registados nas demonstrações financeiras pelo método custo.

Decorrente da decisão estratégica de abandonar a operação no mercado brasileiro, e da ausência de informação financeira actual, foi decidido registar uma imparidade pelo valor total da participação, EUR 717.991,41. No ano de 2010 o valor da participação ficou totalmente ajustado.

9. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro 2010, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	31.12.2011		31.12.2010		
	QUANTIA BRUTA	PERDAS POR IMPARIDADE	QUANTIA LÍQUIDA	QUANTIA BRUTA	PERDAS POR IMPARIDADE
Mercadorias					
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	11,680.39		11,680.39	11,680.39	
Produtos acabados e intermédios	220,164.38		220,164.38	238,008.94	
	231,844.77		231,844.77	249,689.33	

Os inventários descritos no quadro acima encontram-se registados pelo método do custo. A Administração o entende que não existem indícios de imparidade.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 2010 é detalhado conforme se segue:

			31.12.2011
	MERCADORIAS	MP, SUBSID. CONSUMO	TOTAL
Saldo inicial	11,680.39	238,008.94	249,689.33
Compras		1,758,031.78	1,758,031.78
Regularizações		(55.38)	(55.38)
Saldo final	11,680.39	220,164.38	(231,844.77)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas		1,775,820.96	1,775,820.96

			31.12.2010
	MERCADORIAS	MP, SUBSID. CONSUMO	TOTAL
Saldo inicial	12,135.27	169,536.26	181,671.53
Compras		2,436,373.84	2,436,373.84
Regularizações	454.88	21,890.19	22,345.07
Saldo final	11,680.39	238,008.94	249,689.33
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas		2,389,791.35	2,390,701.11

10. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2008 a 2011 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é detalhado conforme se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
IMPOSTO CORRENTE E AJUSTAMENTOS		
Imposto corrente do exercício	79,392.25	57,850.83
	79,392.25	57,850.83
IMPOSTOS DIFERIDOS		
Montantes reclassificados de rubricas do capital próprio	2,984.98	2,984.98
Reclassificação fiscal custo com excedentários	267,774.10	
Prejuízos Fiscais reportáveis	(558,174.89)	
	(287,415.51)	2,984.98
GASTOS COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	(208,023.56)	60,835.81

A reconciliação entre o resultado antes de impostos e o gasto com impostos sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 é como se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Resultado antes de imposto	(988,640.79)	204,493.04
Gastos com impostos sobre o rendimento	208,023.56	(60,835.81)
Taxa efectiva de imposto	(21.04%)	(29.75%)
DIFERENÇAS PERMANENTES:		
Tributação autónoma e derrama	79,392.25	57,850.83
DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS:		
Reporte de prejuízos fiscais	(558,174.89)	
Reclassificação fiscal custos com excedentários	267,774.10	
	(211,008.54)	57,850.83
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	2,984.98	2,984.98
GASTOS COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	(208,023.56)	60,835.81

Impostos diferidos

O detalhe dos activos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue

	ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS		PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Diferenças derivadas de ajustamentos SNC	8,954.96	11,939.94		
Diferenças derivadas de custos com excedentários			267,774.10	
Prejuízos Fiscais reportáveis	558,174.89			
	567,129.85	11,939.94	267,774.10	

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 foi como se segue:

	31.12.2011		31.12.2010	
	ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS
Saldo inicial	11,939.94		14,924.92	
EFEITO EM RESULTADOS				
Prejuízos fiscais reportáveis	558,174.89			
Custos com excedentários		267,774.10		
	558,174.89	267,774.10		
EFEITO EM RESERVAS				
Reclassificação para resultados do exercício	(2,984.98)		(2,984.98)	
	(2,984.98)		(2,984.98)	
Saldo final	567,129.85	267,774.10	11,939.94	

O montante relativo a Prejuízos fiscais reportáveis foi gerado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e expira em 2015.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

11. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

O detalhe de Clientes e Outras contas a receber em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 são detalhadas conforme se segue:

	31.12.2011			31.12.2010		
	CUSTO/ CUSTO AMORTIZADO	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA	CUSTO/ CUSTO AMORTIZADO	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA
ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO						
Clientes C/c	5,859,834.33		5,859,834.33	5,539,857.19		5,539,857.19
Clientes Cobrança Duvidosa	400,689.51	373,308.75	27,380.76	396,846.90	375,921.61	20,925.29
Clientes Títulos a Receber				102,546.11		102,546.11
	6,260,523.84	373,308.75	5,887,215.09	6,039,250.20	375,921.61	5,663,328.59
Outras contas a receber	456,969.07		456,969.07	376,435.04		376,435.04
	6,717,492.91	373,308.75	6,344,184.16	6,415,685.24	375,921.61	6,039,763.63

Clientes

A antiguidade do saldo da rubrica Clientes em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é detalhado conforme se segue:

	31.12.2011			31.12.2010		
	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA
NÃO VENCIDO	3,282,711.27		3,282,711.27	3,248,271.92		3,248,271.92
VENCIDO						
0-90 dias	2,362,310.26		2,362,310.26	2,078,010.06		2,078,010.06
90-180 dias	214,812.80		214,812.80	55,619.36		55,619.36
180-365 dias	30,086.60	7,970.32	22,116.28	191,269.91	9,461.57	181,808.34
> 365 dias	370,602.91	365,338.43	5,264.48	466,078.95	366,460.04	99,618.91
	6,260,523.84	373,308.75	5,887,215.09	6,039,250.20	375,921.61	5,663,328.59

Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 as Outras contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2010			31.12.2010		
	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA
CORRENTES						
Interclean	170,978.54		170,978.54	170,978.54		170,978.54
Adiantamentos	5,166.32		5,166.32	1,218.46		1,218.46
Outros	192,765.58		192,765.58	56,106.42		56,106.42
	368,910.44		368,910.44	228,303.42		228,303.42
DEVEDORES POR ACRÉSCIMO DE RENDIMENTOS						
Subsídio	12,070.22		12,070.22	17,982.76		17,982.76
Sinistros	13,698.07		13,698.07	13,698.07		13,698.07
Outros	62,290.34		62,290.34	116,450.79		116,450.79
	88,058.63		88,058.63	148,131.62		148,131.62
	456,969.07		456,969.07	376,435.04		376,435.04

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

O detalhe de Clientes e Outras contas a pagar em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
	CUSTO/ CUSTO AMORTIZADO	CUSTO/ CUSTO AMORTIZADO
Fornecedores	441,626.35	640,207.86
Outras contas a pagar	862,264.16	1,200,521.43
	1,303,890.51	1,840,729.29

Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro 2010 a rubrica de Fornecedores apresentava a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
FORNECEDORES, CONTA CORRENTE		
Não vencido	287,539.47	351,886.54
0-90 dias	154,086.88	288,321.32
90-180 dias		
	441,626.35	640,207.86

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro 2010 as rubricas Outras contas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
OUTRAS CONTAS A PAGAR		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	158,004.07	656,128.78
Fornecimentos e serviços externos	18,000.00	30,202.57
Outros	3,658.73	3,658.73
	179,662.80	689,990.08
Outros credores		
Descontos judiciais	47,924.59	8,756.77
Sindicatos	8,105.04	4,578.56
Fornecedores de Investimento	117,603.31	22,056.69
Outros	508,968.42	475,139.33
	682,601.36	510,531.35
	862,264.16	1,200,521.43

Remunerações a liquidar

Relativamente às Remunerações a liquidar o seu valor em 31 de Dezembro de 2011 contempla somente os direitos de Férias, Subsídio de Férias, Subsídio de Natal e Encargos da estrutura indirecta a liquidar em 2012.

Em 2008 foi criada uma provisão com base no vinculado na Portaria nº 1519/2008, publicada em 24 de Dezembro de 2008. A mesma determinou a extensão do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a Associação Portuguesa de Facility Services e a FETESE - Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Serviços e outros, publicado no BTE, nº 15 de 22 de Abril de 2008. Por via dessa portaria foi determinado estender o referido Contrato Colectivo de Trabalho às relações de trabalho entre empregadores não filiados na associação e a todos os trabalhadores que exerçam a actividade económica abrangida pela convenção, bem como às relações de trabalho entre empregadores filiados na associação e trabalhadores ao seu serviço não representados pelos sindicatos outorgantes, tendo também sido determinado o pagamento de tabelas salariais e valor de subsídio de alimentação, com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2008.

Em 31 de Dezembro de 2010, a Administração da Empresa considerou que não é provável a existência de exfluxos relativos a esta obrigação decorrente da redução e posterior extinção do número de trabalhadores com direito à reclamação dos retroactivos, tendo a Empresa procedido à anulação do acréscimo de custo no montante de EUR 142.782,11. Em 31 de Dezembro de 2011 a Empresa procedeu à reversão do acréscimo de custo remanescente (EUR 472.526,69) (Nota 24).

13. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 são detalhados conforme se segue:

		31.12.2011			31.12.2010		
		MONTANTE UTILIZADO			MONTANTE UTILIZADO		
ENTIDADE FINANCIADORA	LIMITE	CORRENTE	NÃO CORRENTE	LIMITE	CORRENTE	NÃO CORRENTE	
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS							
PME InvesteV	Finova e SGM Norgarante	1,000,000.00	200,000.00	487,000.00	1,000,000.00	200,000.00	687,000.00
PME InvesteVI	Finova e SGM Norgarante	750,000.00	150,000.00	517,500.00			
Papel Comercial	Barclays	1,500,000.00			1,500,000.00		
Papel Comercial	CGD	1,500,000.00			1,500,000.00		
		4,750,000.00	350,000.00	1,004,500.00	4,000,000.00	200,000.00	687,000.00
OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS							
Descoberto Bancário	BPI	1,600,000.00	1,169,307.14		1,600,000.00	126,816.07	
Descoberto Bancário	BCP	250,000.00	87,097.71		1,900,000.00	112,399.13	
Descoberto Bancário	BST	1,000,000.00	987,707.76		1,000,000.00	77,132.82	
Descoberto Bancário	CGD	1,500,000.00	473,228.12				
Titulos descontados	Barclays	250,000.00			250,000.00	102,546.71	
Credito aquisição Imobilizado	Credibom	6,788.61	1,197.90	4,966.58	123,177.67	10,264.87	
		4,606,788.61	2,718,538.63	4,966.58	4,873,177.67	429,159.60	
		9,356,788.61	3,068,538.63	1,009,466.58	8,873,177.67	629,159.60	687,000.00

Relativamente às Linhas de Crédito PME Investe V e VI, foi exigida como contrapartida a aquisição de 13.000 e 7.500 ações nominativas respectivamente, representativas do Capital Social da SGM no valor nominal de EUR 1,00 cada. Com o vencimento do contrato as mesmas serão readquiridas pela SGM.

Os financiamentos correntes, essencialmente Descoberto bancário e PME Investe, evidenciam um incremento de utilização o de cerca de EUR 2.500.000. A mesma decorre, essencialmente, do pagamentos de salários de trabalhadores excedentários, respectivas indemnizações quando alcançados acordos de redução, reflectindo ainda o efeito da actualização salarial de 2011, (SMN passa de EUR 475 para EUR 485), sem reflexo na actualização das avenças.

A parcela classificada como não corrente em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 tem o seguinte plano de reembolso definido:

		31.12.2011		31.12.2010	
		CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS
2012				200,000.00	18,831.25
2013		350,000.00	46,685.06	200,000.00	12,805.25
2014		350,000.00	32,100.56	200,000.00	6,779.25
2015		237,000.00	17,516.06	87,000.00	753.25
2016		67,500.00	8,958.09		
		1,004,500.00	105,259.78	687,000.00	39,169.00

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

14. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

A quantia escriturada do capital social emitido pela Empresa em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é detalhada conforme se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
CAPITAL		
Valor nominal	500,000.00	500,000.00
	500,000.00	500,000.00

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 o capital subscrito é detido pelos seguintes accionistas:

	31.12.2011	31.12.2010
SOCIEDADE DETENTORA DE CAPITAL		
DMJB Consultadoria e Gestão, S.A.	51.00%	51.00%
Derichebourg	49.00%	49.00%
	100.00%	100.00%

15. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 as rubricas de Diferimentos apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
DIFERIMENTOS ACTIVOS		
F+SF+SN + Encargos a reconhecer	797,388.80	638,388.56
Excedentários	1,010,468.30	
Renda e alugueres	6,547.87	8,282.96
Comissão de montagem PC	2,160.47	6,868.91
Outros	1,461.50	1,461.60
	1,818,026.89	655,002.03

A rubrica de Férias, Subsídio de Férias e Subsídio de Natal - Encargos a reconhecer é registada com base no princípio contabilístico elencado na Nota 3, no seu ponto 3.14.

Adicionalmente, a rubrica remunerações – custos excedentários refere-se a custos de mão-de-obra directa excedentária de escala decorrente, essencialmente, das reformulações de contratos da Sonae MC, cuja duração se prolongará por pelo menos mais três anos (Nota 3.14).

Provisões

Não ocorreram dispêndios relativos a multas e outras penalidades pelo não cumprimento de regulamentos ambientais e as indenizações relacionadas pagas a terceiros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011. Como tal não consideramos necessário o reforço da provisão.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2011		31.12.2010	
	ACTIVO	PASSIVO	ACTIVO	PASSIVO
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	16,922.66		59,710.83	
Estimativa de imposto		79,392.25	12,525.62	
Correcção relativa a exerc. anteriores - Recl. Graciosa	38,548.47			
Retenção na Fonte	22,839.73		17,998.39	
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares		50,687.22	123.88	52,652.81
Imposto sobre o valor acrescentado		1,194,534.26		1,078,839.09
Contribuições para a Segurança Social		1,106,417.86		1,019,407.52
Outros Impostos		445.50		
	78,310.86	2,431,477.09	90,358.72	2,150,899.42

19. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é detalhado conforme se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Venda de bens	898,857.22	1,476,831.75
Prestação de serviços	35,063,780.40	36,836,601.61
	35,962,637.62	38,313,433.36

20. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

SUBSÍDIO	NATUREZA	CAPITAIS PRÓPRIOS	PASSIVO	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
POPH	Relacionado com rendimento			15,814.89
				15,814.89

No âmbito do objectivo estratégico de formação contínua a Safira candidatou-se ao projecto POPH. O mesmo tem como objectivo geral o desenvolvimento de um conjunto de formações associadas a processos de modernização organizacional, reestruturações e reconversões produtivas que contemplem a promoção da capacidade de inovação, gestão e modernização da Empresa enquanto condição fundamental de modernização do tecido produtivo, da melhoria da qualidade do emprego e do aumento da competitividade.

Com base no termo de aceitação da candidatura obtivemos um subsídio de 50% sobre os gastos incorridos no decurso da mesma (EUR 15.814,89).

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é detalhada conforme se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Subcontratos	548,450.19	600,620.33
Trabalhos Especializados	317,570.79	390,503.88
Publicidade e propaganda	24,444.52	61,100.97
Vigilância e segurança	2,066.62	5,235.26
Honorários	87,375.62	133,501.53
Conservação e reparação	625,194.27	519,686.99
Serviços bancários	50,849.20	50,711.44
Ferramentas e utensílios	72,798.78	89,020.03
Livros e documentação técnica	25,388.17	22,613.44
Material de escritório	18,346.96	21,253.05
Artigo para ofertas	2,308.17	4,783.32
Electricidade	13,761.37	13,814.04
Combustível	310,652.67	327,029.43
Água	789.56	375.10
Deslocação e estadas	37,022.21	38,162.80
Transporte de pessoal	17,362.84	11,965.70
Transporte de mercadorias	288,592.12	123,737.76
Rendas e alugueres	401,636.36	385,571.96
Comunicação	98,374.56	123,679.26
Seguros	46,122.62	46,534.01
Contencioso e notariado	7,054.09	8,585.13
Despesas de representação	14,279.20	9,948.00
Limpeza higiene e conforto	5,280.92	3,185.97
Portagens e estacionamento	54,808.63	96,107.99
Outros Custos	93.62	1,809.28
	3,070,624.06	3,089,536.67

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

22. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de Gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é detalhada conforme se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Remunerações do pessoal	25,417,827.14	25,614,676.48
Indemnizações	213,366.58	86,341.72
Encargos sobre remunerações	5,687,077.54	5,423,446.42
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	291,375.04	268,907.84
Gastos de acção social	41,578.80	36,560.00
Outros	56,713.51	123,431.33
	31,707,938.61	31,553,363.79

A rubrica Remunerações do pessoal no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 incluem o montante de EUR 119.000 relativo a remunerações da Direcção Geral.

23. AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de Gastos / reversões de depreciação e de amortização nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é conforme se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Activos fixos intangíveis (Nota 5)	40,421.29	32,148.36
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	798,862.11	745,935.65
	839,283.40	778,084.01

24. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de Outros rendimentos e ganhos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é conforme se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
RENDIMENTOS SUPLEMENTARES		
Outros rendimentos suplementares	171,886.19	15,280.21
Ganhos em imobilizado corpóreo	4,349.63	5,174.32
Seguros	12,390.84	11,380.41
Excesso de estimativa de imposto (Nota 20)	15,814.89	39,656.41
Imputação subsídios para investimento (Nota 12)	472,526.69	142,782.11
Correcções relativas a exercícios anteriores	23,283.36	11,076.34
Outros	116,453.55	132,335.59
	816,705.15	357,685.39

O valor registado na rubrica Reversão de acréscimo de custos em 2011 e 2010 deve-se ao desreconhecimento do gasto acrescido no exercício de 2008 relativo à parcela de retroactivos salariais não exigidos por funcionários que saíram há mais de um ano (Nota 12).

25. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de Outros gastos e perdas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 é conforme se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Impostos	1,718.48	9,142.98
Descontos de pronto pagamento concedidos	1,013.43	24,002.67
Perdas em inventários		454.88
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	5,384.25	2,139.66
Donativos	15,300.10	15,270.00
Quotizações	2,160.00	2,160.00
Multas e outras penalidades	4,499.49	12,823.26
Seguros	19,770.64	32,987.76
Correcções relativas a exercícios anteriores	25,731.14	8,174.10
Outros	80,026.00	118,027.39
	155,603.53	225,182.70

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

26. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 são detalhados conforme se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
JUROS SUPORTADOS		
Financiamentos bancários		
Outros financiamentos	213,604.87	105,822.09
OUTROS GASTOS DE FINANCIAMENTO		
Imposto do selo	7,720.99	4,409.25
Outros financiamentos	221,325.86	110,231.34

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro 2010 são detalhados conforme se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
JUROS OBTIDOS		
Depósitos em instituições de crédito		61,214.25
Outros		61,214.25

27. PARTES RELACIONADAS

Identificação de partes relacionadas

A Empresa é detida em 51% pela entidade DMJB Consultadoria e Gestão, S.A. com sede em Rua das Guardadeiras 312, Maia.

Remunerações dos órgãos sociais

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 foram registadas as seguintes remunerações aos órgãos sociais:

	31.12.2011	31.12.2010
Fiscal único	11,500.00	11,500.00
	11,500.00	11,500.00

Transacções com partes relacionadas

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 foi efectuada a seguinte transacção com partes relacionadas:

	31.12.2011	31.12.2010
	SERVIÇOS OBTIDOS	SERVIÇOS OBTIDOS
Empresa-mãe - DMJB	120,000.00	120,000.00
	120,000.00	120,000.00

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 o saldo com partes relacionadas apresenta-se como se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
	SERVIÇOS OBTIDOS	SERVIÇOS OBTIDOS
Empresa-mãe - DMJB	36,844.00	36,844.00
	36,844.00	36,844.00

28. RESULTADO POR ACÇÃO

O resultado por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 foi determinado conforme se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
RESULTADOS		
Resultado líquido do período	(780,617.23)	143,657.23
NÚMERO DE ACÇÕES		
Número médio ponderado de acções em circulação	500,000	500,000
RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO	(1.56)	0.29

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

29. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 31 de Janeiro de 2012. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Amaro Martins de Barros

David dos Santos Moreira

António Augusto Ferreira Vasconcelos

Boris Derichebourg

Bernard Régis



Relatórios dos Auditores

Deloitte

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Born Sucesso Trade Center
Praça do Born Sucesso, 61 - 13º
4150-146 Porto
Portugal

Tel: +(351) 225 439 200
Fax: +(351) 225 439 650
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Safira Facility Services, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, que evidencia um total de 12.111.674,95 Euros e capital próprio de 2.721.835,72 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 780.617,23 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 4, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

4. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3 do Anexo, os investimentos financeiros da Empresa cujo valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2011 é nulo bem como as contas a receber da sua associada registadas na rubrica "Outras contas a receber" no montante de, aproximadamente, 170.000 Euros, encontram-se registados ao custo de aquisição ou valor nominal, respectivamente, não tendo a Empresa efectuado avaliações para determinar o seu valor de mercado ou recuperação. No entanto, embora não tivéssemos podido quantificar o montante das perdas por imparidade necessárias para reduzir o valor líquido daquela conta a receber ao seu valor estimado de realização, entendemos que, face à situação financeira daquela associada evidenciada na Nota 8 do Anexo, é provável a sua existência.

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matricula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Airium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa

Member of Deloitte Touche Tohmatsu

Página 2 de 2

5. Em 31 de Dezembro de 2011 encontra-se diferido o montante de, aproximadamente, 1.000.000 Euros (Nota 15) relacionado com custos internos incorridos com a renegociação de contratos de prestação de serviços que tenham um período de vigência superior a um ano, o qual será reconhecido durante os próximos 3 anos, por ser entendimento do Conselho de Administração que os benefícios económicos para a Empresa, associados a estes contratos, se vão reflectir durante este período. Este procedimento não se encontra enquadrado nos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal facto pelo qual entendemos que os mesmos deveriam ter sido reconhecidos directamente na demonstração dos resultados do exercício quando incorridos.

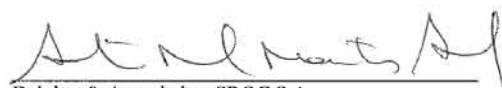
Opinião

6. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima e, excepto quanto aos efeitos dos assuntos referidos no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Safira Facility Services, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 31 de Janeiro de 2012

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral

SAFIRA

facility services

Rua Nova do Arquinho, 382, 4475-365 Milheirós Maia
Tel.: 229 619 530 · Fax.: 229 619 539
safira@safira-fs.com

Núcleo Empresarial de Loures A/8
Rua Francisco Canas, Bloco 3 AF-AG
Quinta Carrafochas, A-das-Lebres
2660-203 Santo Antão do Tojal
Tel.: 219 245 210 · Fax.: 219 245 219



UMA FORÇA AO SERVIÇO DO HOMEM E DO AMBIENTE
A FORCE SERVING HUMANITY & THE ENVIRONMENT

